permanente. Tudo isto, contudo, apenas diz respeito aos progressos da produtividade do trabalho na *produção de valores de uso* [14].

O capital e a mais-valia só aparecem com o desenvolvimento das *trocas e do dinheiro* e com a utilização de uma produtividade média de trabalho, acrescida, não já para permitir a *toda a sociedade* realizar uma economia de tempo de trabalho, mas para assegurar a uma *parte da sociedade* os produtos desta produtividade acrescida, submetendo a um labor mais duro a outra parte da sociedade. O capital é o termo da história da apropriação do sobreproduto social por uma parte da sociedade, a expensas da outra, e não o termo da história da economia do trabalho humano efectuada em proveito da sociedade humana no seu todo.

A apropriação da mais-valia produzida no decurso do *processus* de produção pressupõe uma economia mercantil, a venda de mercadorias produzidas pelos produtores que não são proprietários dos produtos do seu trabalho. Neste sentido, a mais-valia é a *forma monetária do sobreproduto social*. Numa sociedade que produz valores de uso, o sobreproduto social de que uma classe possidente se apropria é directamente apropriada, quer sob a forma de trabalho *(corvée)*, quer sob a forma de produtos (renda fundiária, tributos). Numa sociedade que produz mercadorias, o sobreproduto social de que a classe possidente se apropria é indirectamente apropriado sob a forma de dinheiro, pela venda de mercadorias, de cujo produto são deduzidas as despesas de manutenção do trabalho e as outras despesas de produção.

Semelhantemente à pequena produção mercantil, o capital desenvolveu-se, primitivamente, nos poros duma sociedade que produz, sobretudo, valores de uso. A mais-valia apareceu e desenvolveu-se numa sociedade em cujo seio o sobreproduto social conservava, essencialmente, a forma de valores de uso. Toda a história

[14] Poderia objectar-se que se trata, aqui, de uma simples questão de definição. Neste caso, seria, contudo, preciso encontrar *outro termo* para designar o capital e a mais-valia provenientes da produção de mercadorias e da circulação do dinheiro. A confusão consiste no emprego simultâneo do mesmo termo, «capital». Por um lado, para toda a técnica de acréscimo da produtividade do trabalho; por outro, para relações sociais específicas, baseadas na exploração. A etimologia acompanha, aliás, a economia, pois H. See declara que o termo «capital» designa, na sua origem exclusivamente *a soma destinada a ser colocada para produzir juro* (45).

do capital, desde a sua origem até à sua apoteose, no modo de produção capitalista, é a história da lenta decomposição de uma tal economia, essencialmente não mercantil, pela acção do comércio, da usura, do dinheiro, do capital e da mais-valia. É uma nova classe que, numa sociedade não mercantil e em relação às antigas classes possidentes, encarna o capital: a classe burguesa. O capital não é mais do que uma nova relação social entre produtores e proprietários de capitais, relação que se substitui às antigas relações sociais entre pequenos produtores mercantis, e entre camponeses produtores e açambarcadores do sobreproduto agrícola.

LEI DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

O estudo da origem e do desenvolvimento das categorias económicas é, forçosamente, um estudo de história económica e uma análise da economia dos povos contemporâneos estagnados em fases de evolução histórica há muito ultrapassadas no mundo capitalista. Mas não *se identifica*, de forma nenhuma, com a história económica. Ela isola, com efeito, formas «puras» que na vida se combinam ou se deterioram, em diversos graus. Reduzir a história económica a uma série de «estádios» ou ao aparecimento sucessivo de «categorias» é mecanizá-la em extremo, a ponto de a tornar irreconhecível. Mas suprimir do estudo histórico toda a alusão a fases sucessivas de organização económica e toda a referência ao aparecimento progressivo das «categorias», é torná-la, simplesmente, incompreensível.

Tem-se, muitas vezes, comparado o marxismo ao darwinismo, a evolução das sociedades à das espécies. Como qualquer comparação, também esta comporta analogias e dissemelhanças. Mas, igualmente na biologia, uma concepção *dialéctica* da evolução substitui-se, pouco a pouco, à concepção mecânica, unilateral e linear [15].

[15] A ideia de uma progressão rectilínea dos macacos antropóides, até ao aparecimento do homem, está hoje abandonada. Supõe-se, hoje, que antropóides e homens têm antepassados simiescos comuns, ou que o homem descende de um antropóide menos especializado do que os que subsistem actualmente. Há, pois, progresso combinado com estagnação, retardação ou proterogénese (46).

A concepção marxista do devir económico e social exclui toda a fatalidade e todo o automatismo. Nenhuma fase de organização social «deve» necessariamente suceder a uma outra.

A par da progressão linear, há a progressão por saltos. A evolução económica pode conduzir a becos sem saída ou a estagnações seculares, particularmente por excesso de adaptação a um meio específico; parece ser este o caso dos povos agricultores no Sudeste Asiático (47). E o marxismo não seria dialéctico se não admitisse, a par das sociedades em progresso (do ponto de vista da produtividade média do trabalho), outras sociedades em regressão pronunciada (48).

A lei do desenvolvimento desigual, cuja validade alguns quiseram limitar apenas à história do capitalismo, e mesmo só à sua fase imperialista, é, pois, uma lei universal da história humana. Em nenhuma parte da Terra há uma evolução rectilínea de progresso (49), partindo das primeiras fases de colheita de frutos para terminar na indústria capitalista (ou socialista) mais avançada. Os povos que atingiram o mais elevado grau do desenvolvimento das forças produtivas, no estádio da colheita, da caça e da pesca — os Esquimós, e, sobretudo, os índios da costa Noroeste da América —, não inventaram a agricultura. Esta apareceu, primeiramente, nos vales abundantemente providos de água da Abissínia, da Anatólia, do Afeganistão, da Transcaucásia e do Noroeste da Índia (50). Mas também não é aí que ela dá origem à civilização que nasce da irrigação [16].

A civilização agrícola atinge o seu mais avançado estádio no Egipto, na Mesopotâmia, na Índia e na China. Não é, contudo, nestes países, nem na Grécia, em Roma, em Bizâncio e na Europa medieval (Itália e Flandres), que os progressos da produtividade do trabalho agrícola deram origem ao artesanato e ao comércio mais evoluídos, no quadro da pequena produção mercantil. Para que esta produza a revolução industrial e o modo de produção capitalista, é preciso, contudo, transportarmo-nos ainda mais ao Norte, à Inglaterra, país que, no entanto, esteve durante muito tempo atrasado, do ponto de vista artesanal e comercial, e que no século XVII estava ainda longe de ser o mais rico do Mundo ou da Europa. Não foi, contudo, na Grã-Bretanha nem em qualquer outro país capitalista avançado que o capitalismo foi em primeiro lugar derrubado, mas, sim, nos princípios do século XX, na Rússia, país tipicamente atrasado. E será preciso arriscarmo-nos a prever e a afirmar que já não será, de futuro, na Rússia, apesar de ter sido o primeiro país que estabeleceu uma economia planificada, fundada na socialização dos grandes meios de produção, que assistiremos em primeiro lugar à eclosão de uma sociedade socialista perfeita, ao abatimento das classes, das mercadorias, do dinheiro, do Estado?

[16] Gordon Childe insiste, também, na ausência de uma sucessão idêntica de etapas que os povos percorrem na época neolítica. «A evolução e a diferenciação caminham de mãos dadas», conclui ele; mas, apesar de tudo, indica numerosos casos de convergência (50). Não é, porventura, uma ideia eminentemente dialéctica a evolução como *combinação de diferenciação e de convergência*?

dades primitivas favoreceu, em todas as civilizações, a acumulação primitiva do capital usurário e do capital mercantil. Mas não assegura, por si só, o desenvolvimento do modo de produção capitalista, do capital industrial.

A acção dissolvente da economia monetária sobre comunidades primitivas, já confrontadas com o modo de produção capitalista, torna-se, pelo contrário, a força principal para recrutar um proletariado indígena nas colónias. A introdução duma capitação — imposto individual em dinheiro — nas regiões primitivas que vivem, ainda, em condições de economia natural, desenraizou, na África e alhures, milhões de indígenas dos seus centros habituais e obrigou-os a vender a sua força de trabalho — o único recurso que possuíam — para obter dinheiro. Quando a venda da força de trabalho não se tornava necessária para obter meios de subsistência, o Estado capitalista recorreu a esta forma moderna de imposição para prover de proletários as burguesias que se constituíam nas colónias. Porque capitalismo e burguesia não se concebem sem proletariado. Segundo Alexandre Hamilton, a liberdade é a liberdade de adquirir riquezas (127). *Mas esta liberdade só pode ser concedida para uma pequena parte da sociedade sob condição de ser negada para a outra parte, contudo maioritária.*

Capítulo V

AS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO

O CAPITAL SEDENTO DE MAIS-VALIA

O proprietário de escravos dava-lhes alimentação e apropriava-se, em troca, de todo o produto do seu trabalho. O senhor feudal apropriava-se dos produtos do trabalho gratuito que os servos eram obrigados a fornecer-lhe, sob a forma de trabalho não remunerado *(corvée)*. O capitalista compra a força de trabalho do operário por um salário inferior ao novo valor produzido por este operário. Sob estas diferentes formas, as classes possidentes apropriam-se sempre do sobreproduto social, do produto do sobretrabalho dos produtores.

O contrato assinado em Liège, em 1634, entre Antoine de Jelly, mestre tecelão, e Nicolas Cornélis estabelece claramente que este ganhará «*o mitan (a metade)* do que trabalhar, resultando o outro *mitan* em proveito do mestre» [1].

[1] Os apologistas da escravatura não deixaram de sublinhar a analogia entre esta alienação quotidiana, semanal, mensal, da força de trabalho, e a alienação para toda a vida que constitui a escravatura: «Não repugna, essencialmente, nem à justiça, nem à razão, que um homem *entregue a outro*, mesmo por toda a vida, *o trabalho que todos os dias o operário fornece ao patrão, ou ao mestre*, desde que sejam salvaguardados os direitos inalienáveis (!) do homem», escreve em 1742 o capitão holandês Élisa Joannes (1).

O operário assalariado cria um valor novo, à medida que emprega a sua força de trabalho para produzir mercadorias na fábrica do patrão. Em dado momento, ele terá produzido um valor novo exactamente equivalente ao que ganha como salário. Se parar de trabalhar neste momento preciso, não terá produzido qualquer mais-valia. Mas o patrão não o entende assim. Ele não quer ser caritativo, quer fazer negócio. Não lhe compra a força de trabalho para lhe assegurar a subsistência; compra-a como compra qualquer outra mercadoria, para com ela realizar o valor de uso (2). E, do ponto de vista capitalista, o valor de uso da força de trabalho é, precisamente, a sua faculdade de criar mais-valia, de fornecer sobretrabalho, para além do trabalho necessário para produzir o equivalente do salário. Para ser contratado por um patrão, o operário deverá trabalhar mais tempo do que o necessário para produzir este equivalente. Ao fazer isto, ele criará um valor novo, em troca do qual não recebe mais nada. Cria mais-valia, que é a diferença entre o valor criado pela força de trabalho e o próprio valor da força de trabalho.

O fito do capitalista é a acumulação do capital, a capitalização da mais-valia. A própria natureza da circulação do dinheiro pressupõe este fim. O capital industrial prossegue esta acumulação, de maneira muito mais insaciável que o capital usurário ou mercantil. Produz para um mercado livre e anónimo, *dominado pelas leis da concorrência.* Neste mercado, ele não está sozinho a oferecer os seus produtos a clientes eventuais. Sob o regime da concorrência, cada industrial procura apoderar-se duma parte do mercado tão grande quanto possível, mas para o conseguir tem de baixar os preços. E só há um meio de baixar os preços de venda, sem ameaçar o lucro: reduzir o preço de custo, o valor das mercadorias, abreviar o tempo de trabalho socialmente necessário para as produzir, produzir mais mercadorias num mesmo espaço de tempo.

«Já o ano passado, a ampliação da empresa, que apenas durou alguns meses, permitiu manter o lucro dos nossos negócios de cimento ao nível esperado, apesar de a concorrência ter rebaixado, consideravelmente, o preço do cimento. Esta experiência leva-nos à decisão de compensar a queda crescente dos preços, que prevemos, com um aumento da quantidade dos nossos produtos».

proclama convictamente o relatório anual duma fábrica alemã de cimentos, no século XIX.

Para aumentar a produção é preciso desenvolver os instrumentos de trabalho, racionalizar o *processus* de produção, melhorar a divisão do trabalho no seio da empresa. Tudo isto exige o aumento do capital. Mas o aumento do capital só pode provir, em última análise, do aumento da mais-valia capitalizada. Sob o acicate da concorrência, o modo de produção capitalista torna-se, assim, o primeiro modo de produção na história da humanidade cujo fim essencial parece ser o *aumento ilimitado da produção*, a acumulação constante do capital, pela capitalização da mais-valia produzida no próprio decurso da produção.

A sede de mais-valia do capitalista não é a sede de valores de uso e de luxo das antigas classes possidentes; só uma fracção restrita da mais-valia é improdutivamente consumida para assegurar a existência do capitalista. É uma sede de mais-valia a capitalizar, uma sede de acumular capital:

«Todo este sistema de apetites e de valores, com a sua deificação duma vida que consiste em tudo comprar para acumular, e em acumular para poder comprar mais» (3).

Não há nesta sede nada de irracional ou de místico. As antigas classes possidentes, que se apropriavam do sobreproduto social, essencialmente sob a forma de valores de uso, estavam seguras desta apropriação enquanto subsistia o edifício social que tinha por base esta forma particular de exploração. Não podiam ser afectadas, a não ser por cataclismos naturais, guerras ou revoluções sociais, cataclismos contra os quais procuravam precaver-se por meio da constituição de grandes reservas. A forma predominante sob a qual o capital aparece, primeiramente, na história — capital usurário e mercantil —, caracteriza-se pela mesma procura de *estabilidade e de segurança.* É significativo que as aquisições de rendas efectuadas pelos burgueses da Idade Média sejam combinadas de maneira a assegurar rendimentos estáveis, quaisquer que sejam as flutuações da moeda ou dos preços (4). O avarento, tipo clássico do burguês, na época histórica da acumulação primitiva do capital-dinheiro, vive obcecado pela mesma sede de segurança. Ele não teme pelo *rendimento* do seu capital, mas pela sua *existência.*

O mesmo se não passa com o capitalismo propriamente dito, com o empresário capitalista. Negociando com um mercado anónimo, desconhecido, não delimitado, o risco e a incerteza dominam os seus empreendimentos. Um negócio, hoje, tem êxito; amanhã, um segundo empreendimento pode falhar. Não se trata apenas do facto da concorrência, mas do próprio facto da produção *livre de todo o regulamento social global*[2] que imprime à empresa capitalista este carácter de incerteza e que obriga o capitalista a procurar o máximo lucro em cada negócio particular, perante o perigo permanente que ameaça o conjunto das suas empresas.

O proprietário fundiário, o pequeno produtor mercantil, o que adquire rendas fundiárias encontram na certeza dos seus rendimentos razão bastante para manter os empreendimentos em dados *limites*. Pelo contrário, a incerteza do lucro capitalista implica a necessidade duma constante *expansão* dos negócios, expansão que depende, por sua vez, duma acumulação máxima do capital, duma realização máxima de lucros. Assim se precisa a imagem do capitalista, do antepassado medieval, de que Georges Espinas traçou este retrato magistral:

«Realizar o máximo de proveitos, pagando o mínimo de salários; tirar o maior rendimento dos fabricantes (produtores) pagando-lhes o mínimo que puder, ou, ainda, roubando-os o mais possível; atrair a si, aspirar, sugar, de qualquer maneira, todo o dinheiro de que possa apossar-se, dinheiro que deveria legitimamente caber aos pequenos patrões (produtores) pelo trabalho que só ele lhes pode oferecer e que eles executam, ainda, só para ele; tal é, evidentemente, o fim incessante dos esforços do empresário "capitalista", em seu máximo proveito e no mais completo detrimento das pessoas que emprega: uma verdadeira aranha no centro da sua teia. Para exercer este sistema "de suor", todos os meios lhe servem e todas as circunstâncias lhe são favoráveis; sabe tirar partido de

[2] O mesmo regulamento existe para todo o artesanato pré-capitalista, e mesmo para os começos do *Verlagsystem* (trabalho em comandita), em muitos países. Na Caríntia e na Síria, em meados do século XV, «o duque Frederico III regulamenta, de novo, o caminho a seguir, com respeito ao ferro; fixa os preços e os impostos; limita o número de forjas e a quantidade de ferro de que cada comerciante pode dispor e regulamenta os contratos (os *Verläge*)» (5).

tudo; dissimula o pensamento; falta aos ajustes e rouba nos salários; para ele, o negócio é o dinheiro dos outros» (6).

PROLONGAMENTO DO DIA DE TRABALHO

Sede de mais-valia é sede de sobretrabalho, de trabalho não pago, para além do trabalho que reduz o contravalor dos meios de subsistência. Para obterem mais sobretrabalho, os capitalistas podem, em primeiro lugar, prolongar ao máximo o dia de trabalho, sem aumentar o salário diário. Se se presume que o operário produz em cinco horas o equivalente ao salário, o prolongamento do dia de trabalho de dez para doze horas, sem aumento de salário, aumentará o sobretrabalho de cinco para sete horas por dia, ou seja 40 %. Chama-se a esta forma de aumento da mais-valia *aumento da mais-valia absoluta*.

Em toda a sociedade onde a apropriação de valores de uso constitui o fim fundamental da produção, tanto para os produtores como para os exploradores, o prolongamento constante do dia de trabalho revelar-se-ia um empreendimento absurdo. A limitação das necessidades e dos mercados impõe um limite, não menos estreito, à produção. Enquanto a antiga escravatura era uma escravatura patriarcal, em domínios que se bastavam a si próprios, a sorte dos escravos era muito suportável e, no fundo, pouco diferia da dos parentes pobres da família dominial. É só quando a antiga escravatura se torna a base duma produção para o mercado que o tratamento bárbaro de escravos se generaliza (7).

Na Idade Média, a legislação comunal limitava estritamente o pagamento do trabalho dos artesãos. Nela se encontra geralmente, além da interdição do trabalho nocturno, a paragem do trabalho, por ocasião de numerosas festas religiosas (dias santos) e em épocas fixas do ano. Partindo do estudo do direito urbano da pequena cidade de Guines, no Artois, Georges Espinas avalia o número de dias de trabalho, na Idade Média, em 240 por ano (8). Nas minas da Baviera havia, no século XVI, entre 89 e 190 feriados por ano (9). Hue chega à conclusão de que, tendo em atenção os numerosos feriados, a média da semana de trabalho nas minas era, no século XV, de 36 horas (10).

Contudo, a partir do momento em que nasce a empresa capitalista desenha-se um esforço incessante para prolongar o dia de trabalho. No século XIV, aparece em Inglaterra uma legislação que visa proibir dias de trabalho muito curtos. A literatura britânica do século XVII ao século XVIII está cheia de lamentações respeitantes à «ociosidade» dos operários, que, «se ganham em quatro dias o suficiente para comer durante toda a semana, já não vão trabalhar nos três dias seguintes». Todos os grandes espíritos burgueses participam nesta campanha: o holandês Jean de Witt, amigo de Espinosa; William Petty, pai da economia inglesa clássica; Colbert, que fala do «povo madraço», etc. Sombart enche sete páginas com citações análogas da época (11).

Quando o modo de produção capitalista atravessa os oceanos e penetra em novos continentes começa a chocar com a própria resistência natural dos trabalhadores ao prolongamento do dia de trabalho. Nos séculos XVII e XVIII, a imprensa dos virtuosos colonos puritanos, na América do Norte, ressoa de lamentações contra «a carestia do trabalho... contrária à razão e à equidade». «São os pobres que fazem os ricos», afirma ingenuamente o *New York Weekly Journal*. Em 1769, a *Maryland Gazette* lamenta-se de que «o salário de um dia permite aos operários três dias de intemperança» (12).

«Os ataques contra o luxo, o orgulho, a preguiça dos assalariados ingleses, no século XVII e no século XVIII, são de facto quase exactamente idênticos aos que se dirigem hoje contra os indígenas da África» (13).

Alfred Bonné assinala o espanto dos observadores ocidentais, ao verem árabes miseráveis que preferem ganhar uma libra por ano, como pastores, a ganhar seis libras por mês, como operários duma fábrica (14). Audey I. Richards verifica a mesma repulsa entre os negros da Rodésia:

«Pede-se a homens habituados a trabalhar três a quatro horas por dia nas suas reservas tribais que trabalhem oito a nove horas, sob a vigilância dos brancos, em grandes plantações ou em grandes empresas industriais» (15).

Contudo, bastava aproveitar a grande massa de mão-de-obra expatriada e sem trabalho, resultante das convulsões sociais e econó-

micas, do século XV ao século XVIII, para exercer uma pressão sobre os salários, que os fazia descer abaixo do mínimo vital. Deste modo, a burguesia podia caminhar de triunfo em triunfo nesta «luta contra a ociosidade do povo».

Encontramos em Inglaterra, desde o século XVIII, um dia de trabalho normal de 13 a 14 horas (16). Nas fábricas inglesas de fiação de algodão, a semana de trabalho é de 75 a 80 horas, em 1747; de 72 horas em 1797; de 74 a 80 horas, em 1804 (17). E como os salários se tornam de tal maneira baixos que cada dia de desemprego é um dia de fome, Napoleão mostra-se mais generoso do que o seu ministro Portalis quando recusou a proposta deste de proibir o trabalho ao domingo. «Como o povo come todos os dias, deve-se ser permitido (!) trabalhar todos os dias» (18).

O ACRÉSCIMO DA PRODUTIVIDADE E DA INTENSIDADE DO TRABALHO

Todavia, a mais-valia absoluta não pode ser aumentada ilimitadamente. O seu limite natural é, primeiramente, a capacidade de resistência física dos trabalhadores. O capital está interessado em explorar, mas não em destruir a força de trabalho, que representa a sua fonte constante de sobretrabalho potencial. Para além de um limite físico determinado, o rendimento do operário desce rapidamente a zero.

Por outro lado, a organização da resistência operária através dos sindicatos provoca, a partir de meados do século XIX, uma primeira regulamentação do dia de trabalho, no sentido do estabelecimento duma duração máxima. O limite legal do dia de trabalho é fixado, no século XX, primeiramente, em 12, depois em dez e finalmente em oito horas, para se fixar em 40 horas por semana, em diversos países, não sem que a burguesia, clame, de cada vez, contra a sua ruína [3].

O capital encaminha-se, então, cada vez mais para uma segunda forma de aumento da mais-valia. Em vez de prolongar o dia de tra-

[3] Devem juntar-se estes clamores à famosa exclamação do economista Senior: «A supressão da última hora de trabalho é a supressão do lucro.»

books e de estupefacientes sobrepõe-se à luta contra a poluição do ar, à conservação dos recursos naturais e até à construção de escolas e hospitais (88). Na Grã-Bretanha de hoje, gasta-se mais dinheiro nas apostas mútuas do que na luta contra o cancro, contra a poliomielite e a arteriosclerose... A forma privada da apropriação do sobreproduto social, da mais-valia, determina o carácter *anárquico* da produção capitalista. A subprodução num sector coincide constantemente com a sobreprodução noutro sector, até que a sobreprodução geral e a crise corrijam periodicamente os males desta anarquia. O desequilíbrio e a desproporção entre os diferentes sectores da produção são os inevitáveis elementos desta anarquia. A repartição do trabalho humano pelos diferentes sectores da produção nunca corresponde exactamente à repartição do poder de compra dos produtos desses sectores. Quando esta desproporção se torna muito violenta converte-se em crise, que conduz a um novo equilíbrio passageiro e efémero.

A contradição entre a socialização de facto da produção capitalista e a forma privada da apropriação manifesta-se como contradição entre a tendência para o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e os limites estreitos em que permanece encerrado o consumo. O modo de produção capitalista é, assim, o primeiro em que a produção parece desligar-se completamente do consumo, em que parece tornar-se um fim em si. Mas as crises periódicas fazem-lhe lembrar, duramente, que a produção não pode, com o tempo, desligar-se completamente das possibilidades de consumo solvente da sociedade.

TRABALHO LIVRE E TRABALHO ALIENADO

O produtor de uma sociedade primitiva não separa, geralmente, a sua actividade produtiva, «o trabalho», das outras actividades humanas. Na verdade, este elevado grau de integração de toda a sua existência exprime mais a pobreza da sociedade e a natureza extremamente exígua das suas necessidades do que um esforço consciente para o desenvolvimento universal de todas as possibilidades humanas. A tirania que ele sofre é a das forças da natureza. Ela implica

uma defeituosa consciência do meio natural, a submissão degradante à magia, um desenvolvimento primitivo do pensamento. Mas o efeito desta degradação é fortemente atenuado pelo elevado nível de solidariedade e cooperação sociais. A integração do indivíduo e da sociedade efectua-se de forma relativamente harmoniosa. Quando o meio natural não é muito hostil, o trabalho conjuga-se com a alegria do corpo e do espírito. Satisfaz ao mesmo tempo as necessidades físicas e sociais, estéticas e morais [33].

À medida que crescem as forças produtivas, a humanidade liberta-se progressivamente da tirania das forças da natureza. Toma consciência do seu meio natural e habitua-se a modificá-lo de acordo com os seus próprios fins. Submete forças que outrora estava condenada a sofrer, mais ou menos passivamente. Assim começa a marcha triunfal da ciência e das técnicas científicas, que fará do homem o senhor da natureza e do universo.

Contudo, a humanidade paga um pesado preço por este progresso emancipador. A passagem duma sociedade de pobreza absoluta a uma sociedade de penúria relativa é, ao mesmo tempo, a passagem duma sociedade harmoniosamente unida a uma sociedade dividida em classes. Com o aparecimento de tempos livres individuais, em proveito duma minoria da sociedade, aparece, igualmente, o tempo de trabalho alienado, o tempo de trabalho servil, o trabalho gratuito fornecido a outrem pela maior parte da sociedade. À medida que o homem se liberta da tirania das forças da natureza, sofre cada vez mais a tirania das forças sociais cegas, a tirania doutros homens (escravatura, servidão) ou a tirania das suas próprias produções (pequena produção mercantil e produção capitalista).

O carácter alienado do trabalho servil não exige grande desenvolvimento. O escravo e o servo não são mais senhores da sua vida e da maior parte do seu tempo. Não é apenas o livre desenvolvimento da sua personalidade, mas todo o desenvolvimento em geral que lhe é interdito pela sua condição social. Mas o trabalho na sociedade capitalista é, também ele, um trabalho alienado; implica também a alienação humana no mais alto grau.

[33] Ver por exemplo a descrição do *dokpwé*, trabalho executado em comum no Daomé (89).

Esta alienação aparece antes de mais como uma separação radical entre o trabalho e todas as actividades humanas não «económicas». A esmagadora maioria dos cidadãos duma sociedade capitalista não trabalha por gostar do seu ofício, por se sentir realizada graças ao seu trabalho, por o considerar como condição necessária e suficiente do desenvolvimento das suas capacidades físicas, intelectuais e morais. Pelo contrário, trabalha, *por necessidade, para poder satisfazer as suas necessidades humanas fora do trabalho*. No início do regime capitalista — e ainda hoje em larga parte do Terceiro Mundo —, estas necessidades são, aliás, reduzidas quase ao nível animal de subsistência e de reprodução física. À medida que elas aumentam, que a duração do tempo de trabalho se reduz, a oposição entre o «tempo perdido» e o «tempo ganho» torna-se mais chocante e mais aguda.

A alienação exprime-se, seguidamente, pela perda total de controle pelo trabalhador das suas condições de trabalho, dos seus instrumentos de trabalho, do produto do seu trabalho. Esta perda de controle acentua-se, precisamente, à medida que o aumento da mais-valia relativa se substitui ao aumento da mais-valia absoluta, e que o dia de trabalho diminui, embora à custa duma intensificação e duma mecanização cada vez mais desumana deste mesmo trabalho.

O trabalho contínuo (que faz perder aos trabalhadores o ritmo normal da sucessão dos dias e das noites), o trabalho em cadeia e a semiautomatização, a anulação das antigas qualificações, a generalização dos operários especializados são outras tantas etapas desta alienação. No termo desta evolução, o trabalhador não é mais do que um ínfimo elo a ligar duas mecânicas monstruosas: a máquina propriamente dita, isto é, os instrumentos de trabalho que o esmagam [34], e a máquina social, não menos esmagadora, com as suas ordens, a sua hierarquia, as suas imposições, as suas multas e a insegurança organizada. Ao esmagamento que tritura o indivíduo junta-se o tédio que resulta do trabalho mecanizado, tédio que acaba por minar as forças vitais do operário e ao qual sucumbirão

[34] No sentido literal do termo (o enorme aumento dos acidentes de trabalho) e no seu sentido figurado.

cada vez mais os quadros, à medida que o trabalho de escritório também se mecaniza [35].

Enfim, a alienação exprime-se pelo cunho da comercialização e da atomização universais da sociedade capitalista. Tudo se vende e tudo se compra. A luta de todos contra todos implica a negação dos mais fundamentais e característicos móbiles de acção da humanidade: a protecção dos fracos, dos velhos e das crianças; a solidariedade de grupo; o desejo de cooperação e de interajuda; o amor do próximo. Todas as qualidades, todas as aspirações, todas as possibilidades humanas já só podem realizar-se através da aquisição de coisas ou de serviços no mercado, aquisição que o capitalismo tende cada vez mais a comercializar; portanto, a nivelar e a mecanizar. Assim, a redução do tempo de trabalho é acompanhada muito menos de um aumento de tempos livres individuais, humanizados e humanizantes, do que de tempos livres, cada vez mais comercializados e desumanizados.

Recentemente, alguns pastores e vigários protestantes da Alemanha Ocidental, seguindo o exemplo dos padres operários católicos, trabalharam durante vários meses em grandes fábricas. Fizeram nessa altura um relato impressionante do carácter alienado do trabalho capitalista:

«A atitude (dos operários) face ao trabalho é geralmente negativa, à excepção da de alguns artesãos, para quem a qualificação adquirida e a experiência constantemente ganha representam, ainda, um certo papel. Para os outros, o trabalho na fábrica é considerado como um *mal necessário*. O emprego é "o inimigo" do trabalhador, a que *tem de submeter-se*, diariamente, durante longas horas — com tudo o que isto implica: as máquinas que tem de *servir*; a hierarquia da empresa, desde o chefe de equipa até à

[35] «Um operário semiespecializado descobre, depois de 25 anos de trabalho penoso, que o moço de 17 anos que trabalha na máquina do lado ganha, mais ou menos, o mesmo salário horário que ele. Aliás, os milhares de operários à sua volta ganham, pouco a pouco, todos o mesmo. E o gesto sempre recomeçado que ele executa, durante horas, torna-se insuportavelmente fastidioso. Pensa, então, no seu pai, provavelmente mais pobre do que ele, mas que, pelo menos, se orgulhava das pipas que fabricava. Agora, toda a inteligência está concentrada na máquina e é ela que é um objecto de orgulho. Talvez até que o regulamento lhe proíba de falar com o vizinho do lado ou de ir beber um gole de água fora dos momentos de interrupção do trabalho» (90).

direcção, à qual ele está *sujeito*, sem possibilidade de discussão (a "co-gestão", isto é, o conselho de empresa, não desempenha praticamente qualquer papel nas nossas empresas); mas igualmente os companheiros de trabalho, na medida em que, também eles, não são mais que partes integrantes de todo este universo onde se entra *recalcitrando no início* do trabalho e donde se sai *como quem se evade* quando ele termina.

O tempo passado na empresa é considerado como um desperdício de vida.

... O modo e a forma do trabalho (trabalho físico esgotante, ou simplesmente vigilância de *processus* mecânicos) não desempenham um papel tão grande como a sua valorização social, que se exprime, igualmente, nas empresas que aprendemos a conhecer, pela *tutela* do operário *como objecto de decisões tomadas a seu respeito*...

O operário — não obstante o sindicato e a lei sobre os conselhos de empresa — é, incontestavelmente, a parte mais fraca do nosso sistema económico: as flutuações, as faltas temporárias de trabalho e as crises atingem-no como primeira vítima, obrigando novamente a discutir o seu emprego, desde o momento em que aqueles inconvenientes possam ser atenuados pelos outros factores do *processus* de produção sem grandes desgastes humanos. *O sentimento de insegurança da existência* e da total *dependência duma evolução arbitrária* da nossa economia empresarial não é tão elevado em nenhuma outra camada social como nesta... Sem dúvida alguma, a mudança urgente e desejável da consciência social dos operários só é concebível em relação com a mudança real da sua situação social» (o sublinhado é nosso) (91) [36].

A LUTA DE CLASSES

Desde que existe a divisão da sociedade em classes, os homens não se resignam ao reinado da injustiça social sob pretexto de que podia ser considerada como uma etapa inevitável do progresso

[36] Ver a análise, em tudo semelhante, da situação operária em França, em *l'Ouvrier d'aujourd'hui*, de A. Andrieux e J. Lignon.

social. Os produtores nunca aceitaram completamente, como normal ou natural, que o sobreproduto do seu trabalho fosse apropriado pelas classes possidentes, que obtêm assim um monopólio dos tempos livres e da cultura. Sempre, e constantemente, se revoltaram contra este estado de coisas. E, continuamente, os espíritos mais generosos das classes possidentes esforçaram-se, eles próprios, por condenar a desigualdade social e se juntaram à luta dos explorados contra a exploração. A história da humanidade não é mais do que uma longa série de lutas de classes.

O dealbar da sociedade de classes é marcado por revoltas de escravos. Geralmente, apenas são conhecidas a revolta de Espártaco e as revoltas de escravos na Sicília, sob o domínio de Verres; mas, pela mesma época, houve a revolta de 40 000 escravos que trabalhavam nas minas em Espanha; a revolta dos escravos da Macedónia e de Delos; e, meio século antes, a grande revolta dos mineiros de Láurio, na Grécia (92). A partir do século III da nossa era, uma enorme revolta de escravos e de camponeses empobrecidos espalha-se por toda a parte ocidental do Império Romano (movimento dos *bagaudae*) e da África do Norte (movimento dos «donatistas»). Subestimou-se, duma maneira geral, a importância do papel destas revoltas no desmoronamento do Império Romano (93). O espírito que as animava foi claramente compreendido pelo cronista árabe Abu Zakaria, que escreve o seguinte, a respeito dos donatistas [37]:

«Odeiam os senhores e os ricos, e quando encontram um senhor no seu carro, rodeado de escravos, obrigam-no a descer, obrigam os escravos a subir para o carro e forçam o senhor a correr. Vangloriam-se de ter vindo para restabelecer a igualdade sobre a Terra e intitulam-se os escravos da liberdade» (94).

As invasões dos Visigodos, no Império Bizantino, foram igualmente acompanhadas de revoltas de escravos, especialmente as dos mineiros da Trácia (95). Mais tarde (820-823), rebenta uma nova e terrível revolta no Império Bizantino, auxiliada pela arraia-miúda,

[37] Partidários do bispo Donat, de Cartago, que, no século IV d.C., opôs os cultivadores berberes pobres aos colonos romanos ricos. *(N. do T.)*

que o exército do imperador Miguel II só conseguiu esmagar depois de três anos de campanha militar.

Na mesma época, um exército de escravos negros, utilizados pelos Árabes para esgotar o Shatt-el-Arab, revolta-se (868) e resiste, durante 15 anos, aos ataques dos exércitos imperiais. E quando o capital comercial e manufactureiro fez renascer a escravatura nos países de além-mar, nas suas formas mais abjectas, houve numerosas insurreições, como a dirigida por Surapati, na ilha de Java (1690-1710), a dos índios da Bolívia (1686, 1695, 1704, 1742 e 1767) e a dos jacobinos negros, na ilha de Haiti (96).

Os camponeses, esmagados pela *corvée* e pela renda agrária, tentaram, eles próprios, imensas vezes, libertar-se do jugo da exploração. Toda a história da Antiguidade, a do Egipto, da Judeia, de Atenas e de Roma, está cheia de movimentos insurreccionais de camponeses contra a usura, o endividamento e a concentração da propriedade. No Império Persa dos Sassânidas desenrolou-se, nos séculos V e VI da nossa era, o movimento dos Mazdekeenses, que reclamam a comunidade dos bens, a abolição de todos os privilégios e a interdição de matar qualquer ser vivo. É sem dúvida esta a razão pela qual os historiadores, ao serviços das classes possidentes, os apelidam de «bárbaros» e «desnaturados».

Ao longo da história chinesa, as dinastias reinantes foram derrubadas por revoltas de camponeses oprimidos. As dinastias dos Han e dos Ming eram, elas próprias, dinastias de chefes camponeses que, originariamente, se esforçaram por combater não só a propriedade fundiária mas até o capital usurário e mercantil (97). O século XIV, na Europa Ocidental, é marcado por *jacqueries* em quase todos os países: França, Grã-Bretanha, Flandres, Boémia, Espanha, etc. O século XVI assiste ao desenvolvimento da grande luta dos camponeses alemães e de tendências sociais análogas nas cidades, onde as mais ousadas ideias revolucionárias se manifestam em Thomas Münzer e nos anabaptistas. A história do Japão do século XVII ao século XVIII é marcada por longas séries de insurreições de camponeses contra o aumento da exploração de que o campesinato era vítima, em consequência da generalização da economia monetária. Contam-se mais de 1100 insurreições entre o ano de 1603 e o de 1863 (98).

Enfim, os pequenos artesãos, os seus companheiros e os seus *valets*, antepassados do proletariado moderno, insurgiram-se contra a ausência de direitos políticos, nos grandes centros urbanos, e contra a exploração de que eram vítimas por parte do capital mercantil [38]. Não foram apenas os artesãos das cidades flamengas italianas da Idade Média que travaram tais combates; foram-no, também, os artesãos das cidades do Islão, cujo poderoso movimento internacional dos Quarmatas tinha assimilado todas as ideias progressistas do seu tempo, no século IX da nossa era, e se prolongou por algumas insurreições de guildas urbanas, na Anatólia e em Istambul, até ao século XVII (100). Este movimento conseguiu estabelecer no Barhein e no Iémen um Estado comunitário que sobreviveu durante mais de 100 anos (do século XI ao século XII).

Por que razão falharam, de facto, todos estes movimentos, na tentativa de abolir a desigualdade social, quer tenham sido vencidos, quer, uma vez vitoriosos, tenham eles próprios exibido condições sociais análogas àquelas contra as quais se tinham revoltado? [39] Porque as condições materiais não estavam amadurecidas para a abolição da exploração e da desigualdade sociais.

A ausência de classes na pré-história humana explica-se pelo facto de que o produto social é, *grosso modo*, igual ao produto necessário. A divisão da sociedade em classes corresponde a um desenvolvimento das forças produtivas, que permite, já, a constituição de um certo sobreproduto, mas não ainda suficientemente grande para assegurar ao conjunto da sociedade os tempos livres necessários ao exercício das funções de acumulação social. Na base de um tal desenvolvimento insuficiente das forças produtivas, o reaparecimento da desigualdade social, da divisão da sociedade em classes, mesmo onde esta divisão foi momentaneamente suprimida, não pôde ser evitada com o tempo.

---

[38] A primeira greve operária que a História nos relata é a de operários egípcios que trabalhavam, cerca de 1165 antes da nossa era, em Dêr-el-Medine, na margem oeste do Nilo, perto de Tebas, no tempo de Ramsés III (99).

[39] Pode citar-se a este respeito a evolução dos mosteiros católicos, onde primeiramente foi instaurada a comunidade dos bens, e a da cidade de Tabor. Quando da formação desta cidade, cada um devia entregar todos os seus bens aos «túmulos públicos», mas a pequena produção mercantil reapareceu alguns anos mais tarde (101).

É o modo de produção capitalista, que, pelo prodigioso progresso que imprime às forças produtivas, cria, pela primeira vez na história, as condições económicas para a supressão de toda a sociedade de classes. O sobreproduto social bastaria para reduzir ao mínimo o tempo de trabalho de todos os homens, o que asseguraria um progresso de cultura que permitiria o exercício, pelo conjunto da sociedade, das funções de acumulação (e de gestão). As classes dominantes perdem, assim, toda a razão histórica de ser. A organização consciente do trabalho, já objectivamente socializada pelo capitalismo, torna-se condição indispensável para um novo desenvolvimento global das forças produtivas.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista não cria apenas as condições *económicas*, para a supressão da sociedade de classes. Cria, também, as condições *sociais*. Dá origem a uma classe que adquire um interesse maior na supressão de toda a forma de propriedade privada dos meios de produção, pela razão de que já não possui nenhuma. Esta classe reúne, simultaneamente, nas suas mãos todas as funções produtivas da sociedade moderna. Pela sua concentração na grande fábrica, adquire, por instinto e experiência, a certeza de que só pode defender a sua sorte agrupando as suas forças e aplicando as suas grandes qualidades de *organização*, de *cooperação* e de *solidariedade*. Primeiramente, utiliza estas qualidades para retirar ao patronato uma parte maior do valor novo que cria. Luta pela limitação do dia de trabalho e pelo aumento dos salários. Mas em breve verifica que esta luta só é eficaz, a longo prazo, se fizer face ao conjunto do domínio do capital e do seu Estado [40]. A luta de classes do proletariado moderno transforma-se, então, em movimento político, movimento para a supressão da propriedade capitalista, para a socialização dos meios de produção e de troca, para o advento de uma sociedade sem classes.

[40] J. L. e B. Hammond descrevem, de maneira impressionante, em *The Town Labourer*, como no século XIX o Estado se acha completamente ao serviço do capital. Nos distritos de Caerphilly e de Merthyr Tydfill, os únicos magistrados foram sempre dois industriais, que deviam julgar (!) os seus próprios assalariados. Estes mesmos magistrados eram responsáveis pela aplicação das leis... interditando-lhes (!) o *truck system*. Os mesmos autores descrevem os movimentos das tropas nas regiões industriais, «que se assemelharam a um país sob ocupação militar...; os soldados foram deslocados segundo as flutuações dos salários e do emprego» (102).

CAPÍTULO VI

O COMÉRCIO

O COMÉRCIO, PRODUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DESIGUAL

NUMA sociedade baseada sobretudo na produção de valores de uso, o lucro dos comerciantes resulta da compra das mercadorias abaixo do seu valor e da sua venda acima desse valor. Acontece que, inicialmente, não foi possível ao comércio desenvolver-se entre povos que viviam em nível de desenvolvimento económico sensivelmente igual. Neste caso, o tempo de trabalho aproximadamente necessário para a produção das mercadorias trocadas era conhecido de ambas as partes. Nem vendedores nem compradores se deixariam arrastar para trocas que lhes seriam visivelmente desfavoráveis [1]. Só condições excepcionais de carências bruscas de bens de consumo corrente ou de matérias-primas indispensáveis permitem então ao comércio realizar lucros consideráveis.

Pelo contrário, o comércio com povos que se encontram em nível de desenvolvimento económico inferior cria condições ideais para que se concretizem vantagens importantes. Pode comprar-se-

[1] Ver capítulos II e III.